

A visão sistêmica e a metáfora de rede social no trabalho de prevenção de violência intrafamiliar em comunidades*

Carlos Eduardo Zuma

Psicólogo
Terapeuta de casal e família
Secretário Executivo do Instituto Noos
Membro do corpo docente do ITF-RJ
Fellow da Fundação Ashoka

Resumo

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre a violência intrafamiliar, vista a partir da ótica sistêmica e utilizando a metáfora de rede social, e enumera algumas ações que surgem como necessárias, em consequência dessas reflexões, no caminho da prevenção desse tipo de violência.

Abstract

This article presents some reflections about family violence, seen from the systemic view and using the metaphor of social network. As consequence of these reflections, it also aims to list some actions that emerge as necessary to prevent this kind of violence.

Adotando-se uma visão sistêmica, o fenômeno da violência passa a ser visto na sua complexidade, em seus fatores individuais, relacionais, sociais e culturais¹. Portanto, qualquer explicação que ignore essa complexidade estará fadada ao reducionismo e à simplificação.

No caso específico da violência intrafamiliar, não avançaremos em nosso propósito de preveni-la, se não incluirmos, como objeto de atenção, todos os envolvidos na situação. Dentro dos limites que o desequilíbrio de poder entre os envolvidos impõe, temos que mobilizar recursos para todos: vítimas, autores de violência, testemunhas, bem como para a rede comunitária imediata.

Maturana² nos ensina que “todas as condutas humanas, já que somos seres na linguagem, surgem desde uma rede de conversações que é a cultura a qual pertencemos”. Vivemos, todos, imersos na cultura que possibilita a ocorrência de comportamentos violentos entre seus membros. E viver imersos significa que cotidianamente agimos no sentido de manter, conservar a violência como resposta possível aos conflitos gerados pela convivência.

* Este artigo é uma versão do trabalho apresentado, com o mesmo título, na mesa redonda *Os desafios da intervenção sistêmica no contexto social* do V Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, Salvador, BA, 2002. Publicado em *Nova Perspectiva Sistêmica*, ano XIII, n. 23, fevereiro de 2004.

A violência intrafamiliar deve ser vista levando-se em consideração dois aspectos, o ato e o processo. Um ato de violência tem um autor, uma vítima e, na maioria das vezes, uma testemunha ou testemunhas. O processo que possibilita o ato tem a participação de todos, pois cotidianamente mantemos a violência na cultura que compartilhamos.

Esse comportamento, que hoje abominamos, não só foi permitido ao longo dos séculos, como foi e é prescrito em várias manifestações de nossa cultura: dos ditados populares às leis. Se olharmos as leis de um país como uma das inúmeras manifestações da cultura de um povo, podemos ver que a violência, como hoje a definimos, em especial a violência masculina, há muito é tolerada e até mesmo incentivada. O regime do patriarcado aparecia em nossas leis com o homem sendo considerado praticamente o dono de sua família, pois o lar estaria onde ele estivesse. Ele tinha o direito de disciplinar fisicamente seus filhos e os maus-tratos eram considerados como um abuso desse direito, até há pouco tempo as mulheres eram impedidas de trabalhar sem a autorização por escrito de seu marido ou responsável. E a figura da *legítima defesa da honra*, para justificar crimes contra esposas, ainda foi utilizada na década de setenta. Mas se pudemos construí-la, podemos desconstruí-la também. Não estamos imersos na linguagem de forma passiva, podemos mudá-la e com isso mudar a realidade.

Neste sentido, precisamos desnaturalizar a violência, pois é fácil identificá-la e condená-la nas suas manifestações mais grotescas, mas é também fácil vesti-la como ato de educação ou de proteção, em suas manifestações sutis. Só a partir da conscientização de que a violência é toda ação que desconsidera a legitimidade da diferença e que tenta impor ao outro o que será realidade para ele³, é que poderemos vislumbrar o que será uma cultura da paz.

Como meio de prevenir a violência, portanto, torna-se relevante sensibilizar a população para que não reitere a violência ao menosprezar, ridicularizar ou negar a problemática da violência intrafamiliar. As atitudes de menosprezo ou de negação são ainda mais indesejáveis no caso de profissionais inseridos em serviços públicos ou em atividades de educação e saúde. Por isso esses profissionais precisam estar capacitados para identificar essas situações e lidar com os envolvidos, devem ser sensíveis para as nuances da problemática e estar atentos para a importância da articulação entre os serviços e ações, para se obter eficácia.

A mudança de foco do intrapsíquico para as relações, proporcionada pela visão sistêmica de mundo, teve como resultado não só a prática da terapia de família como também outras práticas sociais e terapêuticas. Dentre elas, a intervenção em redes.

Todos nós vivemos em redes. Essas redes podem ser descritas como formadas por pessoas ou organizações de pessoas (grupos ou instituições), e como sistemas de narrativas⁴, já que grupos sociais e organizações formam comunidades lingüísticas.

Sluzki⁴ define a rede social pessoal como “a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade”. São essas relações que proporcionam a construção da identidade e da auto-imagem de cada um de nós.

Da mesma forma que podemos identificar a rede social pessoal de alguém ao perguntar sobre suas relações significativas, podemos mapear a rede que envolve uma determinada situação ao identificarmos todos os atores sociais nela envolvidos.

No caso da violência intrafamiliar e de gênero, quais seriam os atores sociais envolvidos, pelo menos potencialmente? Nos restringindo ao recorte da violência intrafamiliar contra as mulheres e contra as crianças e adolescentes, teremos: a família nuclear, a família extensa, os amigos, a vizinhança ou comunidade, o policial da delegacia de mulheres ou da delegacia de proteção à criança e ao adolescente, o conselheiro tutelar, o médico do pronto-socorro e o do IML, os profissionais do centro de atenção à mulher ou de defesa da criança e do adolescente, os serventuários da justiça, o promotor público, o defensor ou advogado, o juiz e o legislador.

Podemos categorizar esses atores sociais em quatro tipos de rede: a familiar, a comunitária, a de justiça e a de atenção ou de serviços.

As famílias que vivem situações de violência tendem ao isolamento, seja por sua iniciativa, pelo sentimento de vergonha que a situação gera, seja pelo preconceito de outros em relação à problemática. No interior da própria família, o silêncio sobre o tema se impõe, por medo, pela impossibilidade de acharem uma solução ou para evitar reviver o sofrimento. A consequência é mais silêncio, pois não se pode tocar no assunto, nem em outros que possam lembrá-lo e, assim, sucessivamente. Nas ações de atenção voltadas para essas famílias ou para seus membros, portanto, é extremamente oportuno incluir atividades conectivas com outras pessoas, famílias ou grupos. Além, claro, da devida conexão com as redes de justiça e a de atenção ou serviços.

As redes familiar e comunitária são as mais próximas das pessoas. São a essas redes que se recorre primordialmente em busca de amparo ou proteção e são as que testemunham as situações propriamente ditas. Geralmente as pessoas da comunidade ficam entre as posições de não envolvimento, em conformidade com o ditado: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, ou, “roupa suja se lava em casa”; até porque, pensam eles, “os dois acabam se entendendo e eu é que fico de vilão da história”, ou socorrem, acolhem e dão conselhos, ou, ainda, alguns, chegam a denunciar. É, de fato, um dilema saber qual medida é mais apropriada em cada caso.

Não há receitas, mas a promoção de debates públicos em espaços sociais, comunitários ou religiosos e a veiculação de informações e campanhas podem gerar a ampliação do repertório de ações da população.

Hoje sabemos que, mesmo em locais nos quais os governos conseguem suprir a população com serviços adequados às suas necessidades, se a comunidade não está organizada de alguma forma, em associação de moradores, nas igrejas, em sindicatos, cooperativas, partidos políticos, etc., ela não consegue usufruir plenamente daqueles serviços. Portanto, essas organizações sociais são portas de entrada privilegiadas, não só para o debate público que gera sensibilização sobre a questão, como também em criar outras iniciativas que possam levar informação à comunidade de seu entorno. Incluímos as escolas nesta rede não só pela proximidade com as famílias e as comunidades em que estão inseridas, como também por sua vocação de formação, e portanto, promotora de reflexão e pensamento crítico de crianças e adolescentes.

Não podemos esquecer também da responsabilidade social das empresas e associações comerciais e industriais, que devem ser convidadas a integrar o debate e a assumir um papel ativo nas ações de interrupção e prevenção da violência intrafamiliar e de gênero. Vale ser lembrado que “um em cada cinco dias em que as mulheres faltam ao trabalho é motivado pela violência doméstica”. (Banco Mundial, 1998)⁵.

A rede de justiça envolve todas as instâncias que, mesmo que formalmente distintas, podem ser identificadas como fazendo parte do elenco de atores necessários à condução do processo jurídico, indo do policial ao juiz, incluindo o legislador. Geralmente, quando olhamos para os elementos desta rede, vemos instâncias já definidas, prontas. Se estão funcionando ou não é outra questão. Não as vemos como capazes de se transformar, de se aprimorar e, muito menos, que podemos contribuir para isso. Convidar esses atores sociais ao debate e a promover reavaliações sobre a articulação de suas áreas, explicitar e delimitar o papel de cada um, mas também aperfeiçoar o fluxo informacional necessário entre eles, é o papel que a sociedade civil organizada pode assumir.

O mesmo se aplica à rede de atenção ou de serviços, incluindo aí os serviços oferecidos pelos governos, em qualquer de seus níveis, entidades privadas de assistência social ou pela rede particular de saúde. Muitas vezes a simples promoção de um encontro entre representantes desses serviços é capaz de iniciar um processo de referência e contra referência que antes não se dava pelo desconhecimento mútuo. O aprimoramento da ativação de uma rede de serviços envolveria um mapeamento do que se tem ou não em uma determinada comunidade e a produção de meios para viabilizar o indispensável.

Desnecessário dizer, já imbuídos do espírito de articulação e conexão da ótica sistêmica e da metáfora de redes, que esses quatro subsistemas distinguidos aqui formam uma rede de redes, que necessita também, por sua vez, que os atores que a compõe mantenham-na devidamente ativada.

Podemos categorizar nas seguintes atividades as ações mencionadas, que podem contribuir para a interrupção e prevenção da violência intrafamiliar nas comunidades:

- A articulação das redes familiar, comunitária, de justiça e a de atenção ou serviços, através da promoção de eventos, reuniões ou encontros.
- Sensibilização da população e de profissionais.
 - Elaboração e execução de campanhas.
 - Formação de equipes de voluntários para palestras e oficinas.
 - Elaboração, produção e distribuição de material audiovisual como cartilhas, folderes, cartazes, peças de teatro, vídeos, etc.
- Capacitação de líderes comunitários, voluntários e profissionais.
- Criação de centros de apoio voluntário para orientação aos envolvidos nas situações de violência (oferecidos por profissionais voluntários ou por membros da comunidade).
- Atenção ou serviços nas áreas: jurídica, médica, social e psicológica.
 - Orientação e apoio jurídico

- Apoio técnico aos conselhos tutelares
- Serviços médicos necessários
- Programas de recolocação profissional ou de geração de renda
- Grupos reflexivos para homens autores de violência
- Grupos reflexivos para mulheres que vivem em situação de violência
- Grupos reflexivos para pais e responsáveis por crianças ou adolescentes que sofreram maus-tratos
- Terapia e/ou acompanhamento de famílias
- Terapia individual

À guisa de conclusão, gostaria de evocar duas dimensões da história formuladas por dois pensadores sistêmicos. Para Marcelo Pakman⁶, “a história é uma multiplicidade de vozes no presente; encontra-se na linguagem que usamos e no esforço por gerar uma linguagem em comum como uma aventura solidária, transcendendo as dificuldades que encontramos por ser parte de tradições em parte compartilhadas e em parte diferentes. A história é uma tensão no presente, encarnada no esforço em que devemos empenhar-nos para lograr uma linguagem consensual e práticas viáveis”. Para Maturana², “o curso que segue a história é o curso das emoções, em particular, é o curso dos desejos. São os desejos que fazem de algo uma oportunidade, ou um recurso, ou um caminho preferido”.

Em outra ocasião⁷, me referi à consequência ética de adotar o pressuposto de que não temos acesso objetivo à realidade: somos responsáveis pela realidade que construímos no convívio com os demais. Junte-se a isso a dimensão da história apresentada por Pakman e temos a importância do esforço de inclusão de todas as vozes envolvidas em uma questão, para que se desenhe práticas sociais que façam sentido aos envolvidos e sejam coerentes com nossa visão de mundo.

Há outra consequência na adoção daquele pressuposto, é a consequência estética, ou seja, sempre temos mais de uma possibilidade de descrever uma realidade e de agir sobre ela. Essa escolha fica a cargo de nossa preferência pelas consequências em descrevê-la de uma ou outra maneira. É o que nos aponta Maturana quando nos fala do curso dos desejos. Se, para a construção de um mundo melhor, mais justo e mais equânime, a resposta está nos desejos, todos os envolvidos nesta cultura, que permite a ocorrência de violência entre os membros de uma família, devemos nos perguntar: o que queremos?

Para os homens e as mulheres em geral, que partem da questão inicial: “o que é ser homem ou o que é ser mulher?”, passamos a: “que homens ou mulheres queremos ser?”, “que homens ou mulheres queremos que nossos filhos sejam?” e, se queremos ser homens ou mulheres na convivência com os outros, levaremos em consideração, na resposta a essas perguntas, uma outra: “que homens as mulheres esperam que nós sejamos?” ou “que mulheres os homens esperam que nós sejamos?”. Na abordagem das relações familiares e de gênero, devemos nos perguntar: “como queremos que sejam essas relações?”.

Será na tentativa de resposta a essas questões que construiremos alternativas viáveis às existentes.

Faz parte do caminho de construção de uma cidadania plena a retomada de nosso sentimento de potência, de pró-atividade, de autoria, de capacidade de influir, de fazer diferença. E, como nos diz Pakman⁶, “a noção de rede é um convite a ver-se a si mesmo como um participante reflexivo e não como o ‘objeto social’ de uma ‘massa humana’”.

BIBLIOGRAFIA

¹ KRUG, E. G. et al., eds. *World report on violence and health*. Geneva, World Health Organization, 2002, p. 12.

² MATURANA, H. Biología y violencia. In.: CODDOU, F. et al. *Violencia*; en sus distintos ámbitos de expresión. Santiago de Chile: Dolmen, 1995, p. 80 e p. 81.

³ PAKMAN, Marcelo. Terapia familiar em contextos de pobreza, violência, dissonância ética. *Nova Perspectiva Sistêmica*, n. 4, out. 1993, p. 15.

⁴ SLUZKI, Carlos E. *A rede social na prática sistêmica*: alternativas terapêuticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

⁵ GUERRA, Cláudia. *Violência conjugal e familiar*: alguns dados de mundo, Brasil, Minas Gerais e Uberlândia. Disponível em:
<www.mj.gov.br/sedh/cndm/artigos/viol%C3%A9ncia_conjugal_e_familiar.htm>.

⁶ PAKMAN, Marcelo. Redes: una metáfora para práctica de intervención social. In: DABAS, E., NAJMANOVICH, D. (Comp.). *Redes, el lenguaje de los vínculos*. Buenos Aires: Paidós, 1995, p. 298 e p. 301.

⁷ ZUMA, C. E. Epistemologia sistêmico-construtivista e a clínica: pontos a serem considerados. In: MACEDO, R.M.(org.). *Terapia familiar no Brasil*; estado da arte. Anais do I Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, v. 2. São Paulo: Fapes/CNPq, 1996, p. 36.